



JSMP Nota de Imprensa
26 de Maio de 2005

Procuradores e Defensores Públicos Reprovam nas Avaliações

No dia 25 de Maio, o Presidente do Tribunal de Recurso, o juiz Cláudio Ximenes, anunciou que nenhum dos Defensores Públicos ou Procuradores Timorenses (incluindo o Procurador Geral da República) tinha passado nas avaliações. Consequentemente, nenhum dos avaliados está agora apto para trabalhar como Defensor Público ou Procurador Público nos tribunais de Timor Leste.

A avaliação consistiu em exames escritos (realizados em Dezembro de 2004) e em avaliações de desempenho (que presumivelmente foram realizadas no fim de 2004, já que todos os Defensores Públicos e a maioria dos Procuradores avaliados estiveram em formação a tempo inteiro desde Janeiro de 2005). Embora a maioria dos Procuradores Públicos e Defensores Públicos tenha passado a componente prática das avaliações, reprovaram no exame escrito. As pontuações combinadas e ambas as partes da avaliação não foram suficientes para que passassem na sua avaliação global.

Para o JSMP não é claro a razão que levou à Comissão de Avaliação mais de cinco meses para anunciar os resultados das avaliações.

A maioria dos Defensores Públicos e Procuradores que estavam a ser avaliados estão presentemente em formação a tempo inteiro no Centro de Formação Jurídica (CFJ). Apesar das reprovações, todos aqueles que reprovaram podem ainda prosseguir com o programa de formação até meados de 2006, quando estarão aptos para se tornarem Defensores Públicos e Procuradores estagiários.

O JSMP não está muito seguro quanto à posição futura do Procurador Geral da República, Longuinhos Monteiro, e do Director dos Defensores Públicos, Sérgio Hornai. De acordo com o Regulamento 2000/16, o Procurador Geral tem funções administrativas e acusatórias e é possível a separação de ambas as funções. Fazemos notar que o quarto ano de mandato do Procurador Geral termina em Agosto de 2005. De acordo com o Regulamento 2001/24, o Director dos Defensores Públicos tem de ter "comprovada experiência jurídica e de gestão", mas a lei não menciona o requisito que ele/ela seja, de facto, um Defensor Público.

Há três Procuradores que começaram a trabalhar a meio de 2004 e que não são elegíveis para avaliação de acordo com presente processo de avaliação (devido ao facto de terem trabalhado somente durante seis meses até ao momento em que a avaliação se realizou), e que reprovaram na fase preparatória do programa de formação do CFJ. Tal como o JSMP o entende, eles continuarão a trabalhar como Procuradores até nova ordem, presumivelmente do Procurador Geral. Actualmente, há um Procurador Público internacional a trabalhar nos tribunais distritais (que



JUDICIAL SYSTEM MONITORING PROGRAMME
PROGRAM PEMANTAUAN SISTEM YUDISIAL

também trabalha como formador no CFJ). O JSMP presume que estes quatro Procuradores continuarão a trabalhar nos processos acumulados de 2000 nos tribunais distritais, assim como em todos os novos processos até que os três novos Procuradores internacionais, recrutados pela UNOTIL, possam começar a trabalhar.

Presentemente, há um Defensor Público internacional a trabalhar nos tribunais de Timor Leste (que também trabalha como formador no CFJ). Dois postos para mais Defensores Públicos trabalhando para UNOTIL também foram publicados, e recentemente outro posto foi publicado pela UNDP. O JSMP presume que os advogados privados de Timor Leste continuarão a representar a maioria dos processos criminais nos tribunais distritais até que novos Defensores Públicos em Timor-Leste possam começar a trabalhar em meados de 2006 (uma vez que a parte teórica do programa de formação do CFJ está concluída).

O JSMP nota que todos os juízes que reprovaram nas suas avaliações recorreram dos resultados dos seus exames escritos a 2 de Fevereiro de 2005. O Conselho Superior de Magistratura está ainda por anunciar os resultados dos recursos. Também notamos que um dos fundamentos utilizados para o recurso levantou dúvidas quanto à capacidade das traduções das questões nos exames escritos de Português para Tetum e das respostas de Tetum para Português. Fazemos apelo ao Conselho Superior de Magistratura para que anuncie a decisão sobre os recursos interpostos dos resultados destes exames o mais cedo possível, e que publicamente clarifique a qualidade das traduções das perguntas e respostas nos exames escritos. Uma clarificação pública acerca da veracidade daquelas traduções ajudaria a que as dúvidas sobre a qualidade da avaliação dos Juízes, dos Procuradores e dos Defensores Públicos terminassem definitivamente.

END